

**Pela estrada afora: o trabalho docente no município de Salinópolis/Pará/Brasil**

**On the way: teaching work in the municipality of Salinópolis / Pará / Brazil**

**En el camino: trabajos docentes en el municipio de Salinópolis / Pará / Brasil**

Recebido: 01/05/2020 | Revisado: 05/05/2020 | Aceito: 07/05/2020 | Publicado: 10/05/2020

**Andréa Bittencourt Pires Chaves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [andreachaves@ufpa.br](mailto:andreachaves@ufpa.br)

**Vanessa Gambôa Martins**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1390-9523>

Secretaria de Educação do Pará, Brasil

E-mail: [vanessagamboamar@gmail.com](mailto:vanessagamboamar@gmail.com)

**Resumo**

Este estudo aborda as condições de trabalho do professor na escola pública estadual do município de Salinópolis no Estado do Pará/Brasil. O objetivo visou compreender o contexto do trabalho docente diante da política educacional vigente no Brasil. A pretensão foi verificar se a política de Estado destinada à educação consegue ser efetivada, superando o processo contraditório da relação capital-trabalho por meio de condições favoráveis de trabalho para o docente, como reza a lei. O procedimento metodológico foi conduzido a partir de um levantamento bibliográfico abordando as categorias trabalho, precariedade e contradição e uma pesquisa empírica, no ano de 2019, por meio de entrevistas semiestruturadas e observação direta com professores ingressos recentemente na rede educacional estadual via concurso no referido município. O resultado foi à constatação da vigência dos princípios mercadológicos da relação capital-trabalho no ensino público apresentando a precariedade do trabalho docente e a existência de um processo de precarização do mesmo. A pesquisa conclui que o poder público não garante o preceito legal da valorização do profissional da educação e sobrepuja os docentes na profunda expropriação da força de trabalho inerente às condições da sociedade capitalista.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Precariedade; Educação pública.

### **Abstract**

This study embraces the work condition of teaches in public schools at the city of Salinópolis at State of Pará searching for understanding the context of professor work in front of the actual educational policy and verifying the affinity of that government policy with the contradictory process of relation capital-work. The methodological procedure was conducted from a bibliographic survey addressing the categories of work, precarity and contradiction, moreover semi structured interviews and direct observation of the teachers of the public schools of the such region recently hired via public contest. The result was based on the market principles of the capital-labor relationship in public education, showing the precariousness of teaching work and the existence of a process of precariousness of the work. Leading to conclude about the effectiveness, by the public power, of the mechanisms responsible for guaranteeing the profound expropriation of the workforce of the teacher in the State of Pará inherent to the conditions of capitalist society.

**Keywords:** Work; Precariousness; Public education.

### **Resumen**

Este estudio aborda las condiciones de trabajo del profesor en la escuela pública estatal en el municipio de Salinópolis en el estado de Pará / Brasil. El objetivo es comprender el contexto del trabajo docente en vista de la política educativa actual. La intención era verificar si la política del Estado se puede implementar, superando el proceso contradictorio de la relación capital-trabajo a través de condiciones de trabajo favorables para el maestro, como lo establece la ley. El procedimiento metodológico se realizó sobre la base de una encuesta bibliográfica que aborda las categorías de trabajo, precariedad y contradicción y una investigación empírica, en 2019, a través de entrevistas semiestructuradas y observación directa con maestros recientemente inscritos en la red educativa estatal a través de una competencia en ese municipio. El resultado fue la verificación de la validez de los principios de comercialización de la relación capital-trabajo en la educación pública, mostrando la precariedad del trabajo docente y la existencia de un proceso de precariedad del mismo. De esta manera, la investigación llegó, en su conclusión, a la implementación, por parte del poder público, de los mecanismos responsables de garantizar la profunda expropiación de la fuerza laboral del maestro en el Estado de Pará inherente a las condiciones de la sociedad capitalista.

**Palabras clave:** Trabajo; Precariedad; Educación pública.

## **1. Introdução**

O presente estudo realizou uma análise do trabalho docente na educação pública, enfatizando as condições de trabalho dos professores recém nomeados em concurso público no Estado do Pará, especificamente no município de Salinópolis. Foi possível discorrer sobre o debate do trabalho assalariado na sociedade capitalista destacando a sua forma de organização, a sua condição de precariedade e o seu processo de precarização.

O estudo teve como objetivo compreender o contexto do trabalho docente diante da política educacional vigente. A partir da problematização desse ponto, foi possível compreender as características da gestão e organização do trabalho docente na sociedade capitalista responsável por reproduzir a relação capital-trabalho na educação pública.

O artigo está estruturado a partir de três seções: primeiro apresenta o marco legal da educação no Brasil; depois discorre sobre o precário trabalho docente e, por fim, exhibe o trabalhador da rede pública em questão.

## **2. Metodologia**

O método é a estrutura de raciocínio estabelecido pelo pesquisador para trilhar na direção da resposta a um problema. Especificamente, a presente pesquisa utilizou o método dedutivo: “fundamentado na linha de raciocínio partindo do geral para particular” (Loureiro, 2018, p. 233). O procedimento instituído pelo método dedutivo é dividido em três momentos: a busca de conceitos gerais, a relação com a realidade estudada e a explicação dos fatos observados. Seguindo o referido pressuposto, a investigação em tela foi dividida nos seguintes momentos:

O primeiro passo foi a realização de um estudo teórico por meio do levantamento bibliográfico baseado na literatura do Mundo do Trabalho. Nesta fase, foram eleitas as categorias de análise (trabalho, precariedade e contradição) para explicar, via teoria, a condição de trabalho docente. O levantamento da legislação brasileira concernente a educação completou a sequência inicial.

O segundo passo ocorreu, no ano de 2019, via pesquisa empírica baseada na coleta de dados da realidade por meio da aplicação de técnicas. No andamento, foram realizadas entrevistas, presenciais, semiestruturadas com os três professores ingressos recentemente na rede educacional estadual via concurso público e observação direta no município de

Salinópolis no Estado do Pará/Brasil. O referencial teórico levantado serviu de suporte para a análise dos dados empíricos com a finalidade de elaborar o artigo em questão.

### **3. Marco Legal da Educação no Brasil**

Ao longo dos séculos a organização da sociedade foi sendo fundada nos pilares da ciência e da técnica sendo valorizado o processo educacional como mecanismo singular para o seu desenvolvimento. A cidadania, na modernidade, foi intrinsecamente ligada à educação formal por meio do acesso à escola com a finalidade de alcançar a socialização dos indivíduos por meio transmissão dos saberes gradualmente construídos.

Refletindo o ideário iluminista do velho mundo, paulatinamente, no Brasil, foi sendo estabelecida as diretrizes para a efetivação da educação no país. Tratou-se de um processo constituído de maneira lenta e gradual coroado com a formação do marco legal vigente via Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 (1996), compondo as diretrizes e bases da educação nacional e a Emenda Constitucional 14 [EC 14] (1996) com a garantia dos recursos financeiros:

§ 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno (EC 14, 1996).

Assim como, compondo o conjunto legal, está a Lei 9.424/1996, “Dispondo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”(FUNDEF). Segundo Oliveira (2004), todo o aparato legal implementado com as reformas educacionais da década de 1990 estava atrelado ao compromisso de promover a equidade social por meio da educação.

O referido marco legal foi implementado tardiamente após a redemocratização do país. Contudo, como as demais leis brasileiras, ficou restrito ao papel e a educação brasileira seguiu norteada de condições desfavoráveis para alunos e os professores em meio a colossal dificuldade de protagonizar de fato o sucesso da educação no país.

Neste contexto, o trabalho docente no Brasil é alvo de estudos (Assunção & Oliveira, 2009); (Maraneze & Lara, 2011) e intensas críticas ao tratamento dado pelo Estado as condições de trabalho e salário dos professores. Apesar de todo o avanço na legislação prevalece um cenário educacional caracterizado pela precariedade do trabalho docente.

O concurso público, garantido na Constituição Federativa do Brasil [CFB] (1988), é a possibilidade de alcançar a estabilidade no emprego, mas não rompe com as precárias condições de trabalho imposta a classe profissional dos professores brasileiros em todas as esferas governamentais e a literatura pertinente a temática aponta um cenário de “desvalorização e desqualificação da força de trabalho, bem como (des)profissionalização e proletarização do magistério” (Oliveira, 2004, p.1127).

#### **4. O Precário Trabalho Docente**

O trabalho encontra-se na base de todas as transformações ocorridas nas relações humanas e tem sido o principal determinante e condicionador da vida. Portanto, responsáveis por todos os processos revolucionários vividos pela humanidade.

Como atividade social, o trabalho é realizado a partir de formas de organização, com o intuito de produzir os bens necessários a vida humana. Segundo Soares (1985), trata-se da ação humana empenhada na garantia da sobrevivência, criando, para tanto, os meios de produção, ou seja: meios de trabalho: instrumentos utilizados para auxiliar a ação humana e; objetos de trabalho: coisas modificadas e/ou elaboradas pela ação humana.

O trabalho é realizado com o movimento das forças produtivas (meios de produção e a força de trabalho) esta, não apenas a força, mas a energia comandada pelo intelecto. O desenvolvimento das forças produtivas é responsável pelas transformações ocorridas no processo histórico da humanidade alcançando, até então, o modo de produção capitalista, fundado no dinheiro e no mercado, configurando-se as condições para a concepção do trabalho moderno, que teve como característica o emprego da ciência à produção via incremento técnico, galgando patamares consideráveis de desenvolvimento econômico, por intermédio da inserção do conhecimento científico na utilização da natureza para a produção material.

Para Marx (1985), o capitalismo é organizado na contradição presente na relação capital-trabalho, fundada em torno da propriedade privada dos meios de produção. A forma de organização do trabalho de uma sociedade traduz o nível técnico dos meios de produção e o desenvolvimento das suas relações, caracterizando o modo pelo qual acontece a organização produtiva de bens materiais – a base real da sociedade. Por sua vez, a base econômica, determina as formas políticas e jurídicas compondo a superestrutura, assim como, o conjunto de ideias que identificam cada sociedade.

Marx & Engels (1989), ao tratarem da sociedade capitalista, demonstram como se processa a desumana exploração do sistema ao fazer do trabalho apenas um meio para criar riqueza instituindo a sua condição precária. O trabalho humano torna-se, assim, mera mercadoria no processo produtivo capitalista, produzindo lucro para o detentor do capital, proprietário dos meios de produção.

Ao comprar a força de trabalho no mercado, o capitalista fica com pleno domínio da situação, apesar da relação entre oferta e procura da força de trabalho ocorrer em aparentes condições de igualdade. No entanto, escamoteadas, permanecem as relações desiguais e precárias que caracterizam o Modo de Produção Capitalista e, inseridos nessa lógica, estão os trabalhadores docentes.

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (Alves, 2007, p. 113).

A peça chave para a qualidade do ensino é o protagonismo dos professores, mas é preciso forjar favoráveis condições de trabalho para alcançar bons resultados. O preciosismo da profissão de magistério decorre, principalmente, por se tratar de um trabalho voltado para a formação do ser humano, seu objeto de trabalho.

A docência, essa compreendida como uma forma particular de trabalho sobre o ser humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao “objeto” de trabalho, que é justamente outro ser humano, no modo fundamental da interação humana (Tardif & Lessard 2009, p. 08).

A importância do trabalho docente não o torna indiferente às condições precárias, sendo pertinente retornar à discussão posta por Marx (1985) no âmbito da transformação das coisas em mercadorias na forma abstrata ligada ao mercado, no sistema capitalista atingindo, entre todos, os professores da rede de educação em todas as esferas governamentais.

Complementado a análise, proposital é o posicionamento de (Maroneze & Lara, 2011, p. 65) na constatação do compromisso dos governos no Brasil em vincular o sistema educacional aos mecanismos do mercado intrínsecos ao capitalismo:

Sendo assim, um grande desafio da reforma, consubstanciado nas disposições da LDB, foi propiciar as condições para flexibilizar o trabalho docente, ampliando os canais de sua participação para consolidar os mecanismos racionais de gestão, bem como o

elenco de tarefas a ele incumbidas, reguladas de acordo com os imperativos do mercado.

Apesar do avanço legal para universalização da educação com aspirações iluministas de igualdade social os professores permaneceram atrelados a relação contraditória capital-trabalho até porque esta é intrínseca ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, ao mercado. Deste modo, os professores seguiram com o cenário imposto pela condição proletária.

## **5. O Trabalhador da Secretaria Educacional do Estado do Pará**

Em 2018 foi lançado o edital n. C-173 para provisão de docentes na rede estadual de educação. Na ocasião ingressaram professores para ocupar cargos em todo o Estado do Pará por meio da Secretaria de Educação (SEDUC), congregando a região metropolitana de Belém e 19 Unidades Regionais de Ensino (URES) descentralizadas em todo o Estado. Destaca-se aqui, o trabalho docente dos três professores de sociologia recém-contratados para atuarem na escola pública no Município de Salinópolis pertencente a 14ª URE e distante cerca de 214 km da capital Belém.

Segundo os entrevistados, a média salarial dos professores é de R\$ 3.600,00 para o cumprimento de 150 horas de jornada mensal. Para a realização de tal jornada, este trabalhador, dependendo da carga horária da disciplina, precisa ministrar aulas entre 13 a 17 turmas com cerca de 40 alunos em cada, o que leva a média de 400 a 500 alunos por professor. Mesmo quando tem apenas uma dezena de turmas, o professor necessita frequentar diariamente e nos três turnos as escolas que trabalha.

O relato dos entrevistados reportam a luta para conseguir mais turmas com a finalidade de aumentar a carga horária e, por conseguinte, a renda, mesmo que seja necessário o deslocamento por estrada para outro município, caracterizando uma perversa condição de trabalho: “acrescentei as 3 turmas de Peixe-Boi que peguei pra aumentar renda e jornada” (Professor número 3).

A distância entre o Município de Salinópolis e o Município de Peixe-Boi são de 80 km. Portanto, o professor entrevistado preencheu sua carga horária entre dois municípios em um movimento cotidiano pela estrada de ligação entre as duas cidades.

E, dependendo da carga horária da disciplina, a jornada de trabalho fica mais extensa como explica o entrevistado:

Como para Sociologia cada turma são apenas 10 h, a gente acaba por trabalhar mais que História ou Geografia que são 15 h por turma, ou língua portuguesa, matemática que são 20. Então a “caça” as turmas é mais complicada para nós. Quanto mais horas mais turmas, e para Sociologia não são tão abundantes. Em Salinópolis temos 4 escolas que abarcam a disciplina, apenas, e três sociólogos - um antigo e dois novos- (contando comigo) para atuar nelas (Professor número 3).

**Tabela 01:** Jornada de trabalho dos professores.

Quantitativo de trabalho	Professor 01	Professor 02	Professor 03
Nº de escolas públicas em que leciona	02	04	04
Nº de turmas na escola pública	13	17	14
Nº de alunos, por turma, na escola pública.	40	30	40
Horas mensais de trabalho na SEDUC	130 h/a	205 h/a	170 h/a

Fonte: Autores.

Quando questionado sobre o que pensa da sua condição de trabalho na escola pública do Estado do Pará os professores apontam para um contexto negativo. Destarte, destaca-se o reconhecimento da importância do ensino público por um entrevistado:

**Quadro 01:** Manifestação dos professores sobre suas condições de trabalho.

Professor 1	Média. Apesar de algumas condições precárias de trabalho, a escola pública é importante para a população
Professor 2	Ruins, professor é desvalorizado pela sociedade, não existe planejamento e pouco retorno para a sociedade
Professor 3	Precárias, seria interessante para a sociedade ter forte educação, mas parece ainda não ser este o interesse político

Fonte: Autores.



Os professores entrevistados residem em Belém e fizeram o concurso para provimento de docente na URE 14, que contempla 11 municípios da região Bragantina. Portanto, na necessidade de vender sua força de trabalho tiveram de arcar com o ônus do deslocamento e/ou com o aluguel no município de atuação sem nenhuma ajuda de custeio por parte do governo.

No contexto do Estado do Pará, os municípios não são dotados de condições favoráveis de vida como saneamento, rede de saúde pública entre outros. Estudo realizado por Araújo (2020, p. 113) abaliza:

Dos estados pertencentes à região Norte, o Pará possui 63,3% de seus municípios classificados na faixa de muito alta vulnerabilidade social e nenhum de seus municípios nas faixas de baixa ou muito baixa vulnerabilidade social.

A referida circunstância assevera em muito a precarização do trabalho do professor lotado para trabalhar na região interiorana do Pará. O deslocamento pela estrada no transcurso da casa para o trabalho e do trabalho para a casa é a rotina que marca a vida dos docentes trabalhadores, não existe uma política pública destinada a fomentar a efetivação da residência no município de trabalho.

Precisei alugar um pequeno espaço para passar 4 dias da semana em Salinópolis, pois sairia extremamente custoso ir e voltara para Belém mais de uma vez por semana (Professor número 1).

Estou diariamente nas escolas enquanto meu marido e filho ficam na capital (Professor número 1).

Grande parte dos professores que atuam nesta região vêm da capital semanalmente. Alguns poucos estabelecem residência no local dividindo casa com outros Professores, outros vão e voltam semanalmente e arcam, além da despesa de hospedagem, também com o transporte que não sai por menos de 400 reais mensais quando de ônibus, valor este que dobra quando de carro (Professor número 3).

A SEDUC apresenta dois regimes diferenciados de trabalho para os professores. Um sistema regular de ensino como professores fixos lotados em um ou vários municípios concomitantemente. E o Sistema modular onde as aulas são concentradas em períodos específicos e os professores transitam em diversas URES. Cada regime de trabalho tem um diferencial de remuneração como relata a entrevista:

Diferente, Sistema Modular, o SOME, o Professor do regular não recebe nenhuma ajuda com transporte ou moradia e, por não possuir transporte regulamentado na região (o que difere da capital) a SEDUC também não fornece benefício como vale-transporte para estes trabalhadores (Professor número 3).

Os professores entrevistados pertenciam ao sistema regular e reclamam das despesas para se manter nos municípios de trabalho.

Por fim o Professor que atua nos interiores pelo sistema regular acaba por precisar deixar, em média, um terço de seus rendimentos para estar em seu local de trabalho (Professor número 3).

Condições de trabalho adversas não correspondem ao preceito legal do artigo 3º da LDB preconizando no inciso “VII – valorização do profissional da educação escolar” (Lei 9.394, 1996). Profissionais responsáveis por atender os municípios do Estado do Pará com significativo tamanho geográfico, segundo o IBGE (2018) com 1.247.954,666 km<sup>2</sup>, deveriam desfrutar de espaços adequados de alojamento chamados de Casa do Professor como política pública de valorização do profissional, pois hegemonicamente os docentes são oriundos da capital e passam a deslocar semanalmente para a localidade de trabalho.

O professor mediante uma intensa jornada de trabalho e distante da capital do Estado acaba por não se qualificar e nem tão pouco incrementar a sua atividade profissional com planejamento, avaliações e novas didáticas, tornando-se assim um professor conteudista e novamente não atendendo o artigo 3º da LDB preconizando no inciso “IX – garantia de padrão de qualidade” (Lei 9.394, 1996). Em um complexo quadro no qual faltam muitas peças o todo é comprometido. Docentes, discentes, ou seja, o sistema educacional acaba perdendo.

Levando em consideração a ausência de dez anos de concursos públicos e a abertura mínima de vagas no recente concurso (para a referida URE que contempla 11 municípios, foram ofertadas apenas cinco vagas para professores de Sociologia, por exemplo), entende-se que o estímulo à permanência e condições de estabilidade do professor na região deveria ser fomentado com a finalidade de atender aos objetivos da legislação nos quesitos valorização do docente e qualidade do ensino.

Assim como, seria fundamental garantir a dedicação exclusiva para o professor em apenas um município, pois os deslocamentos pela estrada para trabalhar em escolas de municípios diferentes só contribui para o superlativo da precarização do trabalhador e, também, não corroboram com o marco legal de valorização do profissional e da qualidade do ensino.

A situação vivenciada pelos entrevistados demonstra a falta de compromisso dos governantes em proporcionar com condições favoráveis trabalho aos professores. Nesta

direção, importante se faz a seguinte colocação asseverando a desvalorização do trabalho docente no Brasil:

a legislação reitera as orientações das agências, submetendo a valorização docente a uma política focalizada, restrita aos mínimos e, geralmente, atrelada à avaliação de desempenho e produtividade, distanciada de uma política voltada a assegurar o direito e a melhoria das condições de trabalho e valorização profissional (Maroneze & Lara, 2011, p. 65).

A seguir uma tabela com o tempo de serviço público dos professores, especificamente, foram entrevistados os recém-contratados do concurso da SEDUC no Pará marcados pelo encontro inicial com as condições de trabalho do serviço público.

**Tabela 02:** Tempo de docência dos entrevistados.

Tempo de docência	Professor 01	Professor 02	Professor 03
Como professor	05 anos	12 anos	09 meses
Na SEDUC	04 meses	08 meses	09 meses

Fonte: Autores.

Exemplo de tal precarização pode ser identificado na extensão de trabalho extraclasse desempenhada pelos professores apresentada abaixo:

**Tabela 03:** Trabalhos extra classe.

Trabalho extraclasse	Professor 01	Professor 01	Professor 03
Tempo médio gasto com preparação de aulas semanais	04 h	12 h	18 h
Tempo médio gasto com preparação das questões de prova	04h	12 h	24 h
Nº de alunos, por turma, na escola pública.	40	30	40
Horas mensais de trabalho na SEDUC	130 h/a	205 h/a	170 h/a

Fonte: Autores.

O professor atuante no sistema educacional público é caracterizado como trabalho improdutivo por não produzir riqueza para o “patrão” como explica Marx (1985). Contudo, apesar de não produzir mais-valia, o professor carrega os traços da precarização e da violação do Marco Legal da educação brasileira responsável por preconizar a valorização do profissional e a qualidade do ensino.

O tempo de trabalho do professor não se encerra em sala de aula, pois é preciso também considerar o tempo que este gasta na preparação de aulas e provas, correções de provas e lançamento de notas. Toda esta contabilidade de tempo de trabalho é invisível para o sistema educacional e pode ser acrescida dos problemas relacionados as condições gerais de infraestrutura, recursos humanos e relação docente e discente.

Corroborando com a análise da precarização do trabalho docente está a pesquisa realizada por Garcia & Aranon (2009, 71) com uma das entrevistadas retratando a seguinte condição de trabalho:

Nós saímos daqui, nós chegamos em casa é prova para corrigir, é trabalho para corrigir, é aula para preparar, é isso que eu estou dizendo! Nós não temos essa vantagem de sair daqui sem problemas! E isso aí o governo não vê! É isso que nós deveríamos ser valorizadas! Porque nós não trabalhamos só aqui 40 horas, nós trabalhamos em casa também! Então o professor que trabalha 60 ele tem que trabalhar 80, porque ele vai ter que achar [risos] mais 20 horas para trabalhar dentro de casa! Aí ele não acha! Então ele faz um trabalho mecânico! (Fala de uma entrevistada).

Escolas localizadas na capital do Estado apresentam uma melhor estrutura física: bibliotecas, sala de vídeo, laboratório de informática. Sendo, em muitos casos, climatizados. Contudo, são minorias sendo, a realidade do docente, distante de favoráveis condições infra estruturais.

Assim como, para os professores entrevistados, em virtude de uma grade curricular que diferencia a carga horária das disciplinas (português e matemática com carga horária maior que filosofia e sociologia) é formada uma gritante distinção entre a classe docente.

Por outro lado, o aluno não percebe a realidade que o cerca, segue sem uma manifestação diante das adversidades. Num país socialmente desigual, onde existem escassas possibilidades de inclusão social, para os professores entrevistados, surpreende tamanha apatia dos alunos e torna o processo de trabalho mais exaustivo para o docente sendo a intensificação do trabalho mais um atributo da condição de precarização.

O processo de intensificação do trabalho docente está relacionado em executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implica regular na urgência. Situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental (Assunção & Oliveira, 2009,p. 361).

O professor encontra escolas sem estrutura adequada e escassos, ou nenhum, instrumento didático senão quadro e giz. Os alunos (crianças, adolescentes e adultos) estão sem o mínimo como merenda escolar ou uma ventilação adequada que lhes dê algum conforto na maioria das escolas.

Proposital se faz lembra que a diminuição da desigualdade no capitalismo ocorre via educação generalizada e salários mais elevados (Milanovic, 2017). Portanto, os investimentos para uma educação de qualidade e a remuneração financeira para a valorização do profissional da educação, como prevista na legislação brasileira, são cruciais para a justiça social no país.

## **6. Considerações Finais**

A ideia-chave norteadora deste estudo foi demonstrar a condição de precariedade do trabalho docente. O professor acumula uma quantidade de turmas, alunos e instituições de ensino em municípios diferentes acarretando uma jornada intensiva de trabalho para poder garantir a sua reprodução como força de trabalho. As atividades implementadas não se

encerram no trabalho em sala de aula, pois é necessário um tempo para preparar aula, elaborar avaliações e corrigir avaliação, sendo estas não pagas pelo sistema educacional.

As entrevistas realizadas levantaram o processo de trabalho e identificaram a insatisfação dos docentes com relação a sua condição de trabalho marcado pela precariedade sendo, força de trabalho e educação, mercadorias postas à venda pelo sistema, mesmo se tratando do caso estudado, o ensino público, a relação de exploração se faz presente tendo o Estado como o padrão.

A educação como uma política pública de desenvolvimento e transformação social só pode apresentar resultados profícuos por meio da valorização do trabalho do professor, protagonista do processo. Visando contribuir, este estudo propõem atenção governamental para a elaboração e execução de políticas públicas destinadas a atender às necessidades demandas pelos docentes concernentes a valorização profissional e salarial, asseguradas pelo marco legal vigente da educação brasileira.

Nomeadamente, no Estado do Pará, com peculiar característica espacial, se faz fundamental a implementação de uma política pública destinada a permanência do professor em apenas um único Município, evitando assim deslocamentos que sobrecarregam em demasia o docente.

## **Referências**

Alves, G. (2007). Dimensões da Reestruturação Produtiva. Londrina: Práxis.

Araujo, F. (2020). A Vulnerabilidade Social no Estado do Pará. Recuperado de: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8909/1/A%20Vulnerabilidade%20-%20Par%C3%A1.pdf>.

Assunção, A; Oliveira, D. (2009) Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade, 30, (107), p. 349-372.

Brasil (1996). Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de: [www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

Brasil. (1996). Lei 9.424. Recuperado de: [www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

Emenda Constitucional 14(1996). Recuperado de: [www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

IBGE. (2020). Recuperado de: [HTTP:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Garcia, M. & Anadon, S. B. (2009). Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. *Educação e Sociedade*. 30, (106), p. 63-85.

Maraneze, L. & Lara, A. (2011). A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. 3, (2), p. 45-57.

Marx, K. (1985). Capítulo VI Inédito de o Capital. São Paulo: Moraes Fontes.

Marx, K & Engels, F. (1989). A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec.

Milanovic, B. (2017). A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização. Tradução: Marta Pereira da Silva. Lisboa: Actual.

Oliveira, D. (2004). Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*. 25, (89), p. 1127-1144.

Soares, A. (1985). Princípios de Economia Política. São Paulo: global.

Tardif, M.& Lessard, C. (2009). O Trabalho Docente. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Andréa Bittencourt Pires Chaves – 50%

Vanessa Gambôa Martins – 50%